



Anais da Assembléia

Nº 172

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JANEIRO DE 1.978

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 262.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 1.978.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista o infausto acontecimento que ceifou as preciosas vidas dos jovens e eminentes políticos, JOSÉ ANTUNES FERREIRA e ORIVALDO ANTUNES FERREIRA: o primeiro, Vereador por duas legislaturas à Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, ex-candidato a Prefeito, e suplente de Deputado Estadual pelo MDB.

O segundo, Vereador à mesma Câmara no atual período administrativo.

Requer a consignação de profundos votos de pesar nos Anais desta Assembléia Legislativa, e que se dê conhecimento à família entulada, na pessoa do progenitor das vítimas, Sr. JUVENAL ANTUNES FERREIRA.

Sala das Sessões, em 09 de janeiro de 1.978.

(a) Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O primeiro assunto que me traz à tribuna é fazer um apelo ao Sr. Prefeito da Cidade, Saul Raiz, com relação ao desconto que é concedido aos contribuintes que pagam o imposto predial

e territorial urbano, até o último dia de janeiro.

Como já deve ser do conhecimento de todos, a Prefeitura de Curitiba concede um desconto de 10 por cento ao contribuinte que quitar o seu imposto territorial urbano e predial, até o dia 31 de janeiro, de cada ano.

Entretanto esta é uma lei que tem mais de 30 anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há 30 anos que esta lei foi votada e que ainda hoje ela é aplicada na concessão dos descontos. E todos nós sabemos que hoje vivemos uma nova realidade econômica, onde apesar dos esforços do Governo, a cada ano a inflação situa-se na Casa dos 40 por cento.

Então, o desconto oferecido pela Prefeitura de Curitiba, é irrisório. É tão irrisório que não anima nenhum contribuinte a pagar seu imposto por antecipação. Ao contrário, está ocorrendo em Londrina, onde o Prefeito Antônio Belinatti, está concedendo um desconto de 60 por cento, aos contribuintes que pagam seus impostos antecipadamente.

Mas, em Curitiba, não quero fazer uma acusação, porque não tenho provas, evidentemente, mas parece que há um conluio entre alguns Departamentos da Municipalidade e os Cartórios encarregados das execuções cíveis, dos contribuintes em atraso. E por essa razão, e nessas condições é que eu creio que a Prefeitura de Curitiba não se interessa em conceder um desconto maior, porque evidentemente a concessão desse desconto será atrativo aos contribuintes para que paguem seu imposto antecipadamente. E isto, evidentemente, vai reduzir os ganhos, vai reduzir os lucros, vai reduzir a renda dos cartórios, dos Oficiais de Justiça, dos advogados que militam no Departamento Jurídico da Municipalidade.

Então, eu apelo, hoje, verbal, mas que seja transformado em requerimento por escrito ao Prefeito da Cidade, é para que reexamine o assunto, para que envie mensagem à Câmara de Curitiba, solicitando autorização legal, para ampliar a faixa de descontos adequando-a realidade econômica nacional.

Pelo menos que ele se situe em torno da taxa de inflação de cada ano que é fornecido pelo Ministério de Planejamento, Ministério da Fazenda e Fundação Getúlio Vargas.

Segundo assunto, Sr. Presidente, eu darei entrada, dentro de alguns minutos, de um requerimento solicitando que sejam transcritos nas atas dos trabalhos um editorial da "Gazeta do Povo", do dia 5 de janeiro, "O Paraná no Supremo". Bem como o comentário de Antônio Celso Albuquerque, "Accioly Filho, um paranaense no Supremo". E a notícia "Presidente da OAB apóia indicação". Ambos estampados na página 9, da edição de 9 de janeiro, do jornal "Gazeta do Povo."

É o seguinte o requerimento que apresento à Mesa (Lê): "Senhor Presidente.

No uso de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, sejam transcritos na Ata dos trabalhos desta Casa o editorial "O Paraná no Supremo", edição de 05 de janeiro do jornal "Gazeta do Povo", bem como comentário de Antônio Celso Albuquerque "Accioly Filho, um paranaense no Supremo" e a notícia "Presidente da OAB apóia a indicação", ambos estampados na página 9 da edição de 9 de janeiro do mesmo matutino.

Requer, ainda, sejam os textos indicados enviados ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhados por correspondência com o seguinte texto:

"Senhor Presidente:

Esta Assembléia Legislativa, interpretando a vontade do povo paranaense, houve por bem indicar a Vossa Excelência, como sugestão, o nome do ilustre paranaense, Senador Fran-

cisco Rodrigues Accioly da Costa Filho, para ocupar vaga de Ministro que deverá ocorrer no Supremo Tribunal Federal, na certeza que tal lembrança contribui com o governo de Vossa Excelência no objetivo de dar à nossa mais alta corte expressiva composição.

Em adendo àquela sugestão, tomamos a liberdade de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, fotocópias de noticiários e editoriais estampados pela imprensa, dando conta do grande movimento de opinião que pleiteia a presença de um paranaense no Supremo Tribunal Federal, e da receptividade calorosa ao nome deste grande brasileiro que é Accioly Filho nos círculos forenses, políticos e culturais deste Estado.

Na certeza de estarmos contribuindo com Vossa Excelência, aguardamos esperançosos que atenda ao legítimo anseio com que formulamos nossa indicação.

Sala das Sessões, em 09 de janeiro de 1978.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar neste Plenário, a presença do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, da ARENA.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha cidade, Santo Antônio da Platina, por volta das 8,30 horas da manhã, foi coberto de luto, em data de hoje, por um infausto acontecimento, que ceifou violenta e imediatamente 2 vidas jovens, preciosas e de grande participação na atividade daquela comunidade.

Por volta das 8,30 horas da manhã, José Antunes Ferreira e seu irmão Orivaldo Tadeu Antunes, logo após terem deixado a cidade de Ponta Grossa, foram vítimas de um acidente de trânsito, tendo ambos a morte instantânea, tendo sido ambos colhidos violentamente pela fatalidade.

José Antunes Ferreira, jovem de 36 anos, por duas legislaturas, exerceu a função de Vereador de minha cidade, com brilhantismo, com altivez e numa demonstração sempre, e cada vez maior, de grande atividade e civismo para a vida pública.

Foi candidato a Prefeito Municipal e, embora vencido nas urnas, conseguiu recentemente, nas últimas eleições, provar a sua popularidade e a sua perpetuação de homem público.

Candidato a Deputado Estadual em 1974, pelo nosso Partido, ficou como suplente de nossa bancada. Seu irmão, a segunda vítima, Orivaldo Tadeu Antunes, exercia na atual administração de Santo Antônio da Platina, uma cadeira de Vereador na Câmara Municipal.

Perdeu minha cidade, Sto. Antônio da Platina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois eminentes homens públicos, dois jovens que representavam a esperança de representação política para aquela comunidade, de alto destaque do Norte Velho do Paraná, e a cidade de luto chora, chora essa perda, porque é tão difícil fazer um homem público, submisso à trajetória do sacrifício, da luta constante e estes que afloravam, como idealistas, acima de tudo, foram tomados por um infausto e imprevisível acontecimento, que os arrebatou desta vida, para restar, simplesmente, os seus nomes consignados na história de Sto. Antônio da Platina.

Dei entrada no requerimento de pesar que foi lido pelo Sr. 1o. Secretário há poucos instantes.

É a única e a última coisa que podíamos fazer, com o coração, e lutar com sentimento profundo, pedindo o apoio de nossos Pares em nome da manifestação do mais profundo voto de pesar por esse infausto acontecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE — Consulto à liderança do MDB, na figura do seu Líder, Deputado Enéas Faria, se deseja ocupar o horário reservado à sua bancada. (Declina).

Consulto o Sr. Deputado Vice-Líder da Aliança Renovadora Nacional, Gilberto Carvalho, sobre se deseja fazer uso

do horário que, regimentalmente, lhe é concedido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 203/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 54/74, ex-Proposição número 178/74, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de DOUTOR CAMARGO e SERTANEJA, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 331/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 26/77, ex-Proposição número 270/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de CALIFORNIA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 01/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 121/77, ex-Proposição número 516/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa-CEBRAE, através do Programa Nacional de Treinamento de Executivos, e o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, com interveniência e finalidade que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 02/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 101/77, ex-Proposição número 484/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de CURITIBA, objetivando o custeio de projetos de engenharia e supervisão Técnica para a implantação da cidade Industrial de Curitiba. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 03/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 102/78, ex-Proposição número 485/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, com interveniência da URBS, objetivando a alocação de recursos para a implantação da cidade Industrial de Curitiba. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo infausto acontecimento que ceifou as vidas dos jovens políticos, José Antunes Ferreira e Orivaldo Antunes Ferreira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando transcrição nos Anais da Casa do editorial da "Gazeta do Povo", sob o título "Paraná no Supremo", o comentário de Antônio Celso de Albuquerque

"Accioly Filho, um paranaense no Supremo" e a notícia "Presidente da OAB apóia a indicação", ambos estampados nas páginas da "Gazeta do Povo", edição de 9 de janeiro.— APROVADO' (As matérias a serem publicadas serão transcritas no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando sejam fornecidas informações pelo Sr. Governador do Estado, através da Prefeitura Municipal de Curitiba, sobre o critério adotado para implantação do reajuste das tarifas dos transportes coletivos que deverão vigorar nesta Capital, à partir do dia 8 do corrente. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.— Aprovado o requerimento. O SR. GILBERTO CARVALHO — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência atende o Sr. Deputado Gilberto Carvalho e fará a verificação de votação.

(Procede a verificação de votação).

Não há "quorum" para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Diante do fato, Sr. Presidente, profundamente constrangido, me vejo no dever de solicitar a verificação de "quorum" da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. (Faz soar os tímpanos)

O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. 1o. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal). 16 Srs. Deputados encontram-se presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 01/78, 02/78 e 03/78.

A Presidência tem a intenção de, se aprovada a matéria consignada para a Ordem do Dia de amanhã, realizar na quarta-feira, a última sessão do período extraordinário, votando a Redação Final da matéria remanescente, e lendo a sinopse dos trabalhos encerrando o período extraordinário.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JANEIRO DE 1978.

"O Paraná no Supremo

A luta é de anos. Faz anos que o Paraná, pelas vozes de sua inteligência, de sua cultura, dos seus magistrados, dos seus políticos, da imprensa, dos juristas, porfiam para que o Estado tenha presença, através de um de seus filhos, no Supremo Tribunal Federal.

Gazeta do Povo sempre esteve prestigiando esse movimento, na certeza — cedo ou tarde — que haveríamos de alcançar esse objetivo, que não se constitui numa reivindicação de estrito sentido regionalista e paroquial, mas o reconhecimento, em alto nível, de que, entre os 9 milhões de paranaenses que somos hoje, temos figuras — e tantas elas notáveis — para ocupar, com brilho, cultura jurídica e grande competência de julgamento, uma cadeira na Casa mais alta da magistratura do Brasil.

Coube, agora, à Assembléia a iniciativa de voltar ao tema por meio de proposição de autoria do deputado Erondy Silvério, consubstanciada num requerimento — que teve aceitação por

parte dos parlamentares de ambos os partidos — sugerindo ao presidente Ernesto Geisel a possibilidade de considerar o nome do senador Francisco Rodrigues Accioly da Costa Filho para uma das iminentes vagas que deverão ocorrer no Supremo.

O senador Accioly Filho, advogado, professor de Direito, parlamentar desde a Constituinte do Paraná, em 47, exerceu vários mandatos de deputado estadual, presidiu a Assembléia, foi deputado federal por vezes, inclusive, ocupou, também, a presidência da Câmara Baixa do país; é senador tendo ocupado a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Alta, sendo, sem nenhum favor, uma das figuras mais qualificadas do Senado do País, altamente respeitado pelos seus pares.

Parnanguara, mestre de gerações de advogados, constitucionalista e penalista de renome, Accioly Filho é uma lembrança, de parte do Poder Legislativo do Paraná, que, sobre ser justa homenagem a uma vida política que deve ser considerada como paradigma constitui um preito à própria classe jurídica de nossa terra, que tem, nesse nome, uma das suas figuras mais proeminentes e destacadas.

Na matéria jornalística onde, na edição de ontem, Gazeta do Povo divulgou o posicionamento da Assembléia, dizíamos que o Legislativo atribui, novamente, a luta do Paraná para que um paranaense seja designado Ministro do Supremo Tribunal Federal. E foi proposital essa forma de redação jornalística que usamos, na certeza de que outras altas frentes da cultura jurídica do Paraná, através de suas estruturas, haverão de se manifestar, por igual, a favor desse propósito, que há muito acaalentamos, no sentido de que o Paraná, que se destaca tanto em termos de contribuição econômica para o Brasil, seja reconhecido, também, como um celeiro de figuras de proa em condições de exercer, plenamente, uma cadeira no Supremo Tribunal Federal."

"ACCIOLY FILHO, UM PARANAENSE NO SUPREMO

...Mais uma vez renovam as esperanças de podermos contar com um jurista paranaense, no Supremo Tribunal Federal, considerando a aposentadoria compulsória, no próximo mês, do ilustre Ministro Bilac Pinto. Semana passada, na Assembléia Legislativa do Estado, iniciou-se uma verdadeira campanha nesse sentido, e que já se alastrou aos mais diferentes setores de nossas atividades, ensejando pronunciamentos, inclusive, do governador do Estado. E, como não poderia ser de outra forma, Gazeta do Povo está liderando a campanha em torno do nome do Senador Francisco Accioly da Costa Filho, um jurista autêntico, professor de direito e parlamentar há mais de trinta anos, com excelente folha de serviços prestados ao Paraná.

O requerimento apresentado pelo deputado Erondy Silvério e aprovado pela Assembléia Legislativa, está assim justificado: "Na perspectiva de abrir-se vacância de um cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com aposentadoria de um de seus membros, a Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo deste Estado, toma a liberdade de vir a Vossa Excelência para formular indicação que considera uma contribuição ao enriquecimento de nossa Alta Corte, sugerindo, para o preenchimento da vaga, o nome do ilustre jurista e senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho.

O renome deste paranaense, graças ao seu trabalho no Congresso Nacional, durante mais de vinte anos, e sua atuação destacada como membro e presidente da Comissão de Justiça do Senado, credenciam-no de sobejo para o alto cargo, como participante da elaboração ou mesmo da autoria, de quase toda a legislação hoje em vigor no País. É de se lembrar ainda, a Vossa Excelência, que jamais o Paraná teve a honra de ver um de seus juristas integrando o Supremo Tribunal Federal, o que desmerece injustamente a sólida cultura jurídica deste.

Na certeza de haver formulado a Vossa Excelência uma sugestão valiosa e justa, o povo paranaense, através desta As-

sembléia Legislativa espera regozijar-se com o atendimento deste apelo a louvar, como em todas as oportunidades, a sensibilidade de Vossa Excelência para com justas reivindicações". Estes os termos do expediente enviado ao Presidente Ernesto Geisel, sendo que o governador Jayme Canet Júnior, pronunciando-se sobre o fato, afirmou que "Reconheço no senador Accioly Filho, apesar da incompatibilidade política que nos separa, uma das culturas jurídicas de nosso País, e endossarei, como tenho certeza, todo o Paraná endossará, a indicação de seu nome para o Supremo Tribunal Federal, onde, acredito, ele continuará honrando as mais caras tradições da cultura jurídica de meu Estado".

Expressando-se sobre a louvável indicação, Gazeta do Povo, quinta-feira passada, em seu ditorial, destacou a figura do senador Accioly Filho e disse: A luta é de anos. Faz anos que o Paraná, pelas vozes de sua inteligência, de sua cultura, dos seus magistrados, dos seus políticos, da imprensa, dos juristas, porfiava para que o Estado tenha presença, através de um de seus filhos, no Supremo Tribunal Federal.

Gazeta do Povo sempre esteve prestigiando, esse movimento, na certeza — cedo ou tarde — que haveríamos de alcançar esse objetivo, que não se constitui numa reivindicação de estrito sentido regionalista e paroquial, mas o reconhecimento, em alto nível, de que, entre os 9 milhões de paranaenses que somos hoje, temos figuras — e tantas elas notáveis — para ocupar, com brilho, cultura jurídica e grande competência de julgamento, uma cadeira na Casa mais alta da magistratura do Brasil.

Coube, agora, à Assembléia a iniciativa de voltar ao tema por meio de proposição de autoria do deputado Erondy Silvério, consubstanciada num requerimento — que teve aceitação por parte de parlamentares de ambos os partidos — sugerindo ao presidente Ernesto Geisel e possibilidade de considerar o nome do senador Francisco Rodrigues Accioly da Costa Filho, para uma das iminentes vagas que deverão ocorrer no Supremo.

O senador Accioly Filho, advogado, professor de direito, parlamentar desde a Constituinte do Paraná, em 47, exerceu vários mandatos de deputado estadual, presidiu a Assembléia, foi deputado federal por vezes, inclusive, ocupou a presidência da Câmara Baixa do País; é senador tendo ocupado a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Alta, sendo, sem nenhum favor, uma das figuras mais qualificadas do Senado do País altamente respeitado, pelos seus pares.

Paranguara, mestre de gerações de advogados, constitucionalista e penalista de renome, Accioly Filho é uma lembrança, de parte do Poder Legislativo do Paraná que, sobre ser justa homenagem a uma vida política que deve ser considerada como paradigma, constitui um preito à própria classe jurídica de nossa terra, que tem, nesse nome, uma das suas figuras mais proeminentes e destacadas.

Ao chegar sexta-feira, em nossa capital, o senador Accioly Filho, que também é presidente da União Interparlamentar, lembrou que "não reivindico como jamais reivindiquei posições pessoais, mas acho de grande importância para o Paraná a presença de um paranaense no Supremo Tribunal Federal". Na ocasião, o senador paranaense se fazia acompanhar do Ministro Ney Braga, que, sem dúvida alguma, goza de suficiente prestígio junto ao Presidente da República e, com isso, poderá quebrar o velho tabu, levando um paranaense ao Supremo Tribunal Federal, apesar da movimentação dos representantes de Minas Gerais, quanto ao nome do Prof. Cáo Mário da Silva Pereira ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

...Acreditamos que, sem dúvida alguma, está chegando o momento do Paraná levar um de seus ilustres filhos ao Supremo Tribunal Federal. E, sem desmerecer tantos valores de nossa cultura jurídica, a figura do senador Accioly Filho é, real-

mente, de inquestionável expressão, em perfeitas condições para ser alçado ao importante cargo, além de contar com total apoio dos mais diversos setores do Estado.

...Gazeta na Justiça se regozija com a Assembléia Legislativa por tão oportuna indicação na certeza de que, no Supremo Tribunal Federal, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho estará prestando relevantes serviços à Nação.

"PRESIDENTE DA OAB APÓIA A INDICAÇÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, por seu presidente Eduardo Rocha Virmond, manifestou seu irrestrito apoio à indicação do senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, perfilando-se ao lado de outras entidades em torno desta eminente figura paranaense.

...Em seu pronunciamento, disse Eduardo Virmond que o Supremo Tribunal Federal é o tribunal mais político, seja da União, seja da Federação e, por isso, a presença de um homem da qualidade de Accioly Filho se faz necessária imprescindível mesmo que se queira ver a composição do Supremo sob o ângulo do equilíbrio das várias vocações e carreiras profissionais, no plano do direito.

...Para ser mais claro — enfatizou o presidente da OAB — vamos dizer que o Pretório Excelso, como se denomina o Supremo Tribunal tem a nobre missão de se constituir em o máximo intérprete de Constituição da República. Entendendo-se pelo seu lado político, como foi a tendência de muitos governos, a sua composição foi essencialmente de advogados — políticos, que tinham grande discernimento profissional e, ao mesmo tempo, notável atuação política, naturalmente anterior à sua investidura judiciária.

Lembrando-nos dos nomes de Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, Prado Kelly, Oswaldo Trigueiro e o próprio Ministro Bilac Pinto, cuja vaga se abrirá com a sua compulsória em fevereiro.

Neste sentido, pois, a indicação do senador Accioly Filho para tal vaga será iniciativa da maior felicidade, pois se encontrará o político e legislador, aliado à sua qualidade de jurista, que o levaram a ser escolhido pelo governo como relator da reforma judiciária, do Código de Processo Civil e da Lei dos Registros Públicos, afora a sua iniciativa da lei referente ao divórcio, ou da lei relativa aos delitos de trânsito.

...Eduardo Virmond ainda lembrou que se se encarar a investidura no Supremo Tribunal não sob o ângulo político de participação, mas pelo aspecto do equilíbrio da composição dos seus membros, podemos notar que, ultimamente, a Suprema Corte vem sendo composta mais por juizes de carreira, desembargadores e membros do Ministério Público. Accioly Filho é advogado, professor de direito e ao mesmo tempo político militante e legislador do Congresso Nacional, justamente as diretivas profissionais que têm sido menos favorecidas, de tempos para cá, no Supremo.

A sua nomeação para a vaga do Ministro Bilac Pinto encontraria igual justificação em que substituiria em igualdade de condições a quem está saindo, com atributos semelhantes e uma presença constante na vida pública brasileira, presidente que é da União Interparlamentar, legislador e advogado.

...Sob esses dois ângulos, pois, a escolha de Accioly Filho se recomenda especialmente. A nossa campanha, solidária com o conterrâneo, não pode, assim, ser acusada de provinciana, pois é pelo simples fato de ser paranaense que seu nome, no Supremo Tribunal Federal, representará uma grande aquisição.